



A CONTRIBUIÇÃO DAS DOUTRINAS SOCIALISTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Fabio T. C. Ribeiro. Juiz do Trabalho e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará.



“O destino de uma época que comeu da árvore do conhecimento consiste em ter de saber que não podemos colher o **sentido** do decurso do mundo do resultado da sua investigação por mais completo que ele seja, mas temos que estar aptos a criá-los nós próprios, que ‘visões do mundo’ jamais podem ser produto da marcha do conhecimento **empírico** e que, portanto, os ideais mais elevados, que mais fortemente nos comovem, somente atuam no combate eterno com outros ideais que são tão sagrados para outros quanto os nossos para nós⁹⁵.(Destaques no original).



1. APRESENTAÇÃO:

Os direitos fundamentais não nasceram de uma hora para outra, como algo acabado e perfeito. De outro lado, as suas três dimensões⁹⁶ não surgiram ao mesmo tempo, antes resultaram de ideais filosóficos, políticos e éticos e de condições econômicas vivenciadas pela humanidade nos últimos três séculos.

Para compreender os direitos fundamentais em suas especificidades, faz-se mister conhecer as fontes de inspiração de cada uma de suas gerações hoje conhecidas, desde a idéia de liberdade, passando pelas doutrinas socialistas - inclusive a doutrina social da Igreja - que postulavam a igualdade, até o pensamento hodierno, dotado de altíssimo teor de humanismo, que chama a atenção de todos para a necessidade de reconhecer em cada indivíduo o “outro”.

A contribuição das doutrinas socialistas para o desenvolvimento dos direitos fundamentais, tendo como norte a convicção de que as





condições históricas objetivas são a sua primeira fonte de inspiração - essa a matéria em estudo.

Não procuro, por óbvio, indicar todas as consequências (políticas, filosóficas, jurídicas, sociológicas etc.) produzidas, direta ou indiretamente, pelas doutrinas socialistas, a repercussão delas em todos os ramos do conhecimento humano. Não pretendo, portanto, escrever um tratado sobre o pensamento socialista desde Marx aos nossos dias.

O fim colimado é bem delimitado: indicar, objetiva e sinteticamente, de que forma o pensamento socialista interferiu na formulação da teoria dos direitos fundamentais e quais as conquistas - para o homem, na sua expressão individual e social (se elas houve) - aí produzidas.

2. DESENVOLVIMENTO:

2.1.O carácter social do homem:

Já Aristóteles - na Grécia Antiga - pontificava ser o homem um animal gregário, que necessita do concurso dos seus pares para bem viver e desenvolver as potencialidades e virtualidades do seu gênio, no limite de suas possibilidades psicossomáticas. Com efeito, os que levam vida de ermitão são exceção. A vida em comunidade bem se poderia dizer uma realidade histórico-sociológico-política, que, com o passar dos tempos, acabou paulatinamente juridicizada. Essa juridicização foi e é produto da inafastável necessidade de normar a convivência humana, garantindo, a partir da limitação da liberdade do indivíduo, naquilo que for estritamente indispensável, a liberdade de todo o corpo social. Parece paradoxal, mas é fato: limita-se a liberdade para que seja garantido mais utilmente o gozo da própria liberdade⁹⁷.

Dessa necessidade humana, que se poderia dizer psico-fisiológico-cultural, de conviver com o seu semelhante, surge o problema dos agrupamentos humanos, primeiro de forma assimétrica e atômica - a tribo e a família -, depois ordenada e molecular - a cidade. É claro que entre umas e outras o passo foi gigantesco e muitos séculos se passaram até que a racionalização do intercâmbio social, num mesmo espaço físico, se fizesse nos moldes do que hoje se conhece.

Essas colocações propedêuticas, que num primeiro lance de vista parecem refugir ao problema sob foco, servem, não obstante, para estabelecer a premissa básica, que gostaria de ressaltar, de que



o concreto das relações intersubjetivas é geratriz de tensões e conflitos - daí a existência de normas de conduta, que, não fosse assim, inexistiriam, por falta de utilidade e destinação. E o Direito, diga-se de logo, é produto do poder, institucionalizado ou não.

A imediata e precedente afirmação vai feita porque, já agora, almejo destacar que o elenco de direitos fundamentais acatados numa dada ordem jurídica é a síntese resultante da visão de mundo da sociedade instituidora dessa mesma ordem. A postura de cada sistema normativo, ou seja, a perspectiva de cada uma das sociedades, será a resultante das suas aspirações e de suas ideologias.

Nesta medida, descabe falar em teoria dos direitos fundamentais, sendo lícito referir as teorias dos direitos fundamentais, porquanto, como bem acentuado pelo constitucionalista Gomes Canotilho⁹⁸, aqueles direitos têm como pressuposto concepções de Estado e de Constituição que são decisivas na tarefa de interpretação e integração das normas constitucionais. Vale dizer: a interpretação da Constituição está condicionada por uma compreensão prévia dos direitos fundamentais. Daí as teorias liberal, da ordem dos valores, institucional, social, democrática funcional e socialista.

2.2 A superação do pensamento liberal clássico:

De 1649 em diante - e durante mais de um século - o Parlamento inglês lutou contra o absolutismo monárquico, que só veio a ser vencido às portas do séc. XVIII, quando ficou estabelecido o sistema representativo, com a tripartição das funções do Estado (função executiva, função legislativa e função judiciária) e, o que é mais importante, com o estabelecimento definitivo da intangibilidade dos direitos fundamentais do homem.

Os princípios inscritos na declaração do Parlamento inglês tornaram acento em quase todas as constituições liberais e na própria Declaração de Independência Americana, em 4 de julho de 1776⁹⁹. Estava, pois, consolidado o axioma da igualdade do homem e de sua liberdade. Esse último, o maior lema do pensamento liberal clássico. O liberalismo, por força mesmo de seus postulados, admite a liberdade civil e política, religiosa e econômica. Para que isso se fizesse possível, era necessário sustentar, como sustentaram os liberais científicos, que todos os homens eram absolutamente iguais.

Tais as propostas políticas do liberalismo, que se espraíram pela economia, pelo direito¹⁰⁰, como de resto por todos os campos da atividade humana. Não é por acaso, já se vê, que a teoria econômica



liberal repousa sobre quatro princípios básicos: o da liberdade de empresa; o da propriedade privada; o da liberdade de contrato e o da liberdade de câmbio.

O primado da liberdade de empresa sustenta, antes do mais, a livre concorrência no mercado aberto, onde todos, porque iguais, estão aptos à disputa pela produção. Se assim é, pressuposta está a propriedade privada, já que a concorrência antevê o afastamento do Estado do domínio econômico. O Estado deve-se omitir de interferir nos negócios dos cidadãos, os quais transitam livremente pelas cercanias da produção, guiados pelos seus interesses e nada mais.

Se todos eram iguais e livres, então o Estado não se deveria imiscuir nos contratos firmados pelos particulares, os quais poderiam estabelecer, em virtude da autonomia da vontade privada, as cláusulas que bem entendessem para regular os seus negócios, desde que não contrariassem lei preexistente. Aqui a origem dos contratos leoninos!

O último dos postulados do liberalismo econômico é o da liberdade de troca ou de câmbio¹⁰¹, bem ao gosto de Adam Smith, para quem o mercado deveria ser deixado em paz (*laissez-faire*), pois só assim se auto-regularia e alcançaria a estabilidade desejável e necessária ao seu bom funcionamento.

É evidente que os resultados sociais de uma visão de mundo como esta foram os mais perversos possíveis. O dogma da igualdade do pensamento liberal clássico fechava os olhos para a realidade do cotidiano e do homem¹⁰². Parece claro que as desigualdades entre os homens são, ao contrário do que sustentava o liberalismo, naturais. Desse modo, se é certo que moralmente o homem deve ser considerado igual a outro homem, porque ambos têm em comum a seiva da humanidade; se politicamente todos são iguais, porque cada qual representa a unidade da vontade geral; se civilmente todos devem ser iguais em direito, porque assim o impõe o sentimento ético; é certo também que as diferenças de condições práticas entre pobres e ricos denunciam a necessidade de que os pobres sejam protegidos em face dos ricos, uma vez que, economicamente, não havia nenhuma igualdade entre eles - preconizavam algumas vozes inconformadas com a situação do "proletariado"¹⁰³.

Ante dito cenário de desolação da imensa maioria das pessoas (proletariado), duas foram as alternativas que se apresentaram à consideração: a primeira, defendida pelo socialismo materialista, que apregoava a necessidade de promover a igualdade efetiva entre os homens, superando-se a igualdade meramente formal e perante a lei;



a segunda, a da Igreja, através de sua doutrina social, a qual propugnava a comunhão dos homens e uma prática de justiça pelo Estado. O Estado, por meio de sua atuação jurídica, deve agir no sentido de compensar, juridicamente, a desigualdade econômica que se verifica no seio da comunidade social¹⁰⁴: toma corpo, dessa forma, a tendência socializante do Direito.

2.3.Os antecedentes históricos dos direitos fundamentais:

A doutrina francesa, segundo preleciona José Afonso da Silva¹⁰⁵, aponta o pensamento cristão e o jusnaturalismo como fontes principais de inspiração das declarações de direitos do século XVIII, olvidando, todavia, as condições históricas, materiais e imateriais, co-responsáveis pelo surgimento da idéia de direitos fundamentais. E que condições eram essas? Se se lançar um olhar, ainda que perfunctório, sobre a estrutura sócio-política de antanho, ver-se-á que o paradoxo insustentável de uma monarquia absoluta, anquilosante e sufocadora, e uma classe burguesa - ávida por expandir seus negócios, superar fronteiras, vencer grilhões - era insustentável. Dessa dialética - enriquecida pelo pensamento iluminista - surgem os assim chamados direitos fundamentais de primeira geração¹⁰⁶, que são os direitos de liberdade, do homem individual, oponíveis contra o Estado. Representam eles, a bem de ver, uma barreira que se pretende intransponível à ingerência do Estado.

A sua marca central é a noção de liberdade do homem frente ao Estado: os direitos civis e políticos. A liberdade, tão almejada pelo homem, de poder desenvolver o seu gênio sem que o temor de uma mão soberana, de repente, sem prévio aviso, lhe castre a iniciativa ou lhe subtraia as possibilidades de atuação. A liberdade de participar ativamente dos negócios do Estado, sem receios de reviravoltas espetaculares; a liberdade de negociar e poder enriquecer; a liberdade, enfim, expressão do próprio "eu" subjetivo.

Ocorre, todavia, que a idéia de liberdade absoluta, decantada pelos adeptos do liberalismo, fechava os olhos para o cotidiano, em cuja realidade viam-se fundas diferenças imperantes entre os segmentos sociais, de modo a promoverem a fartura de uns, a escassez de outros. Nesse sentido, com a expansão comercial e a Revolução Industrial - de que resultou o proletariado urbano¹⁰⁷ - o processo histórico-dialético passa a tomar em consideração o referencial econômico. Além da liberdade, necessário se fazia postular o lema da igualdade, conducente a uma vida digna para todos. As fontes das novas

idéias foram as doutrinas sociais, que inspiraram o Manifesto Comunista¹⁰⁸ e a concepção de intervenção estatal no domínio econômico e social, de modo a tutelar os mais fracos. A doutrina social da Igreja Católica, a partir de Leão XIII, expressa nas encíclicas papais, com destaque para a *Rerum Novarum*¹⁰⁹, aspirava a uma ordem jurídica mais justa e clamava por ela.

Não se confunda, no entanto, a doutrina social da Igreja com as concepções do socialismo, até porque a Igreja posicionou-se francamente contra este e contra o comunismo, chegando mesmo a apontar-lhes os defeitos¹¹⁰. Nem o socialismo nem o comunismo - segundo a visão do Vaticano - eram respostas satisfatórias aos problemas dos homens das classes inferiores, imersos numa “*situação de infortúnio e de miséria imerecida*”.

O Papa Leão XIII augurou indicar as causas do conflito entre os agentes da produção, enxergando-as na destruição das corporações, ocorrida no século anterior (XVIII), sem que fosse colocado nada em seu lugar, deixando, assim, os operários sem qualquer proteção; no desaparecimento do sentimento religioso das leis e das instituições públicas, em virtude do que os trabalhadores ficaram isolados e sem defesa, entregues à “*cobiça duma concorrência desenfreada*”. S. Santidade ainda apontou para a usura voraz que, não obstante condenada reiteradamente pela Igreja, continuava a campear, impelida pela ganância; e, ainda, o monopólio do trabalho e dos papéis de crédito¹¹¹, que, na sua augusta visão, tornaram-se o quinhão de pequeno número de ricos e opulentos.

A Igreja, através da *Rerum Novarum*, propugnava que a solução para o conflito estaria antes na concórdia das classes sociais do que em sua luta. Mas sem abrir mão jamais da propriedade privada, um apanágio do direito natural, sancionado pelo costume de todos os séculos. Nesse ponto, em abono de suas considerações e para justificar a justeza da propriedade privada, S. Santidade invoca Santo Tomás de Aquino e a própria Bíblia Sagrada¹¹². No que respeita às relações entre operários e patrões, chega até a propor uma pauta de deveres para ambos, vaticinando que o primeiro postulado a pôr em evidência é o de que o homem deve aceitar, com serenidade, a sua condição¹¹³. Nesse diapasão, seriam deveres dos pobres e dos operários: fornecer integral e fielmente o trabalho a que se haviam obrigado por sua livre vontade; não lesar o seu patrão, nem em seu patrimônio nem em sua pessoa; reivindicar sem violências ou sedições; fugir dos “*homens perversos*” que, através de discursos atrativos, enchem-lhes



os corações de esperanças vãs e exageradas, as quais só conduzem a frustrações e ruína das fortunas.

De seu turno, competia aos ricos e patrões: não tratar o operário como escravo, respeitando nele a dignidade de homem, sobrevalorizada pela de cristão; não o usar como vil instrumento de lucro; levar em consideração os interesses espirituais do operário e o bem de sua alma; velar para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras; não submeter o operário a jornada superior às suas forças ou em desacordo com a sua idade ou o seu sexo. Antes de qualquer outro, porém, o maior dever do patrão é dar a cada operário o salário que convém¹¹⁴. Mas - é de perguntar-se - qual seria o salário justo? O Sumo Pontífice não o diz, mas aponta direções algo genéricas. Assevera que a exploração da pobreza e da miséria são coisas reprovadas tanto pelas leis humanas quanto pelas leis divinas e que seria um crime contra o céu defraudar a qualquer pessoa o preço do seu labor.

Se se pensar o momento histórico em que vieram à liça essas palavras, perceber-se-ão o impacto e a importância delas no mundo ocidental.

Além de lecionar para os operários e patrões, também para o Estado dirigiu-se a dicção papal. Ele - o Estado - tinha o dever de assegurar os direitos de todos os cidadãos, prevenindo ou vingando a violação deles. Outrossim, nessa tarefa hercúlea, deveria preocupar-se, de forma especial, com os fracos e indigentes, porque esses, em virtude de suas fraquezas, não tinham como se pôr ao resguardo das injustiças. O Estado, portanto, deveria chamar a si a tarefa de proteger a classe pobre - tal era o seu dever impostergável.

Se, por um lado, o indivíduo e a sua família não podem ser absorvidos pelo Estado, entende S. Santidade, igualmente, que eles não devem agir de modo a prejudicar ninguém. Ao governante compete, então, proteger a comunidade e suas partes: a comunidade, porque o poder soberano hauriu na natureza a sua legitimidade e força; as partes, porque, sendo de direito natural, o governo deve almejar o bem daqueles que lhe são submetidos.

Percebe-se, de pronto, que, da mesma forma que os direitos de primeira geração, os direitos fundamentais de segunda geração tiveram, por primeiro, uma fundamentação filosófico-política de marcado teor ideológico - como não poderia deixar de ser, aliás. Uma vez proclamados nas Cartas Políticas de ideário marxista e na social-democracia de Weimar, disseminaram-se no constitucionalismo do



segundo pós-guerra. Enquanto os direitos fundamentais de primeira geração dominaram o século XIX, os de segunda geração vêm de dominar o século XX.

2.4.A visão marxista do homem:

Aqui ficarão apenas esboçadas algumas idéias de Marx¹¹⁵.

Filósofos como Rousseau e Hegel já haviam tentado, ao seu tempo, relativizar a idéia do indivíduo singular, como “*substância em si*”; o fim da sociabilidade e da própria condição humana. No século XIX, todavia, essa tendência generaliza-se e se faz um dos pontos centrais de toda a discussão jusfilosófica e sociológica. O próprio Habermas, citado por Tâmara de Oliveira¹¹⁶, é incisivo ao asseverar que um dos eixos centrais da crítica hegeliana da modernidade diz respeito ao caráter alienado das relações intersubjetivas.

Voltava, portanto, com intensidade vigorosa, ao centro da discussão, a relação homem/sociedade. Para entender bem essa relação, era de mister compreender cada um dos seus pólos.

Para Marx, o homem é um ser natural e social¹¹⁷. Ou seja, o homem está ante duas realidades concretas e inafastáveis: a natureza e o conjunto de todos os outros homens. É a relação dos impulsos e forças do homem com essa dupla realidade (a natureza e o outro) que dá conteúdo e consistência ao SER HOMEM. Segundo Marx, fora dessa dupla relação (homem-natureza; homem-homem) o homem não passa de uma abstração. Logo, o homem é um ser social¹¹⁸ (revisita-se, assim, sob novas perspectivas, a postura aristotélica).

A relação do homem com a natureza é uma relação criativa, através do trabalho. O trabalho não apenas no sentido estrito da produção, mas na perspectiva ampla da apropriação e do potencial de transformação de tudo aquilo com o que o homem se relaciona por meio de seus sentidos. O trabalho, assim, confere SER à espécie humana.

O homem é, em síntese: natural, por estar em a natureza com um corpo dotado de sensibilidade; social, porque, mediante a sua relação com outros homens, age sobre a natureza e a transforma, bem como a si próprio; autocriativo, porque se cria a todo o tempo, teórica, prática e sensorialmente.

O problema da liberdade e da individualidade, para Marx, segundo tais escólios, apresenta nova conformação. A liberdade do homem depende da qualidade da dupla relação que ele mantém com a natureza e com os seus semelhantes: se essa relação se dá de



forma a que os seus sentidos e as suas necessidades sejam atendidas pelo objeto apropriado, o homem é livre e pleno de individualidade.

Mas a liberdade do homem depende também da consciência, de uma consciência que se eleva, de forma a que se expandam no homem a sua percepção de mundo e o seu sentido de vida. Com isso, Marx pretende esvaziar a contradição, apontada por muitos, entre o indivíduo e a sociedade. Efetivamente, se a essência do homem está em representar o todo coletivo, então, ao relacionar-se de forma múltipla com o mundo que o cerca, o homem estar-se-á relacionando com o outro, sem se opor a ele. Por essa razão, não existe paradoxo entre a sociedade e o indivíduo, porque aquela é produto e produtora desse.

Na condição de produto, resulta da atividade dos indivíduos em inter-relação para a criação e obtenção de meios que satisfaçam suas necessidades; na condição de produtora, é o pressuposto para que a atividade autoconsciente e multiforme do homem se possa realizar.

Uma tal relação de harmonia ideal entre o homem e a sociedade é quebrada pela apropriação dos meios de produção ao longo da história¹¹⁹, o que ocasionou a negação de realização das possibilidades humanas. O indivíduo, na sociedade capitalista, já não é consciente, mas alienado¹²⁰; não mais multiforme, antes unidimensional; egoísta; e, em sua grande maioria, desprovido de bens aptos a permitir-lhe uma existência digna. Isso decorre do fato de que as características do homem - sentidos, multiformidade, atividade criativa, autoconsciência - são substituídos, na sociedade industrial, pela imperiosa necessidade do ter, pelo lucro, pelo ganho.

A sociedade burguesa, antes de garantir ao homem a liberdade que lhe prometera, escravizara-o e fizera-o refém do mundo que ele próprio criou. Mas se foi a sociedade industrial quem erigiu as condições para a opressão dos pobres pelos ricos, tem-se que a revolução operária deverá buscar a sua redenção mediante a superação da propriedade privada¹²¹.

2.5 As consequências das doutrinas socialistas para os direitos fundamentais:

As doutrinas socialistas tiveram - na linha do que ficou dito - notável importância para o desenvolvimento dos direitos fundamentais, porque, uma vez garantidos os direitos de liberdade, pela emancipação da sociedade burguesa, fazia-se necessário dar um passo à frente, no sentido de incorporar ao patrimônio jurídico dos povos civili-



zados os direitos e garantias relativos ao “*homem total*”. Cumpria, dessarte, prestar ao homem as garantias dos planos econômico, social e cultural, ou, em apertada síntese, outorgar-lhe os direitos sociais, cujo corolário radica-se na dignidade humana, aí compreendida a dimensão material da existência. Essa postura decorreu, portanto, da nova visão antropológico-marxista, para a qual apenas numa nova sociedade, que respeitasse a essência social do homem, poderia ele - o homem - emergir como realidade totalizada.

Os direitos sociais, que compõem os assim chamados direitos fundamentais de segunda geração, ou segunda dimensão, na expressão feliz do Professor Willis Santiago Guerra Filho, ao contrário dos direitos de primeira dimensão, exigem uma prestação do Estado, um fazer e não meramente uma abstenção. Vejam-se, para confirmá-lo, os artigos 3º e 170, inciso VII, da Constituição Brasileira de 1988, nos quais está posta a redução das desigualdades sociais tanto como um dos objetivos fundamentais da República pátria como também um princípio da ordem econômica.

O reflexo das doutrinas socialistas faz-se sentir, por exemplo, nas cartas supranacionais que declaram direitos, como a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 10 de dezembro de 1948¹²²; a *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*, de 1918; a *Carta das Nações Unidas*, de 26 de junho de 1945; e, para citar uma realidade com a qual trabalho mais de perto, as *Resoluções da Organização Internacional do Trabalho* - OIT etc.

De par com haver integrado tais cartas, o constitucionalismo moderno e contemporâneo igualmente não ficou imune às injunções das concepções socialistas, absorvendo muitos dos seus postulados. No nosso caso, isso é evidente. Tome-se, *verbi gratia*, o enunciado de direitos sociais do artigo 6º, *caput*, da Magna Carta, e ali se verá um leque expressivo, abarcando desde a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, até a assistência aos desamparados.

Caminhando por outras searas e em reforço do que venho de sustentar, se a doutrina liberal impõe o respeito à propriedade privada (art. 5º, inciso XXII), a doutrina socialista predica que a propriedade atenderá à sua função social (art. 5º, inciso XXIII) - e essas pautas valorativas convivem lado a lado em um mesmo diploma! - numa clara demonstração de superação da conformação individualista dos direitos, prevalecente nos albores da doutrina constitucional¹²³.

O artigo 7º da *Lex Legum* - destinatário constante do ódio iroso,



ou ira odienta, dos corifeus da igualdade formal e da liberdade individual levada às suas últimas fronteiras, que fazem o apanágio do Estado ausente e mínimo, entre nós - é o retrato emoldurado do processo evolutivo por que vem passando o nosso constitucionalismo.

A própria idéia de liberdade adquire novos matizes, deixa de significar a liberdade contra o Estado e incorpora a noção de liberdade no Estado, evoluindo para a compreensão da necessidade de intervenção do Estado para regular as atividades privadas, de modo a não permitir que os mais aquinhoados valham-se de sua condição para tripudiar sobre os desvalidos, assim como na busca de minorar a exploração do trabalho pelo capital. Sintomático, a esse respeito, é, por exemplo, o desenvolvimento do Direito do Trabalho¹²⁴, do Direito do Consumidor¹²⁵ etc.

Poderia resumir as reflexões precedentes ao afirmar que a contribuição mais significativa das doutrinas socialistas para o desenvolvimento dos direitos fundamentais consistiu no fato de a Humanidade, através delas e por elas, haver-se adiantado (e não superado!) no momento de eleição desses direitos, amalgamando, ao plano individual, o plano coletivo, social.

É curial que a convivência espaço-temporal de postulados dessa jaez - muitos dos quais com vetores que apontam rigorosamente direções opostas - não se faz sem choques e tensões, como os choques que se observam entre as partículas atômicas e subatômicas, os quais se dão na razão direta de seu grau de entropia. No entanto, se aqui há os princípios físico-químicos que lhes impõem - a ditas partículas - a unidade da matéria, ali, por sua vez, prepondera o princípio da proporcionalidade¹²⁶, que tem por tarefa otimizar os direitos fundamentais instituídos pela ordem jurídica, ainda quando entre eles ocorra algum nível de oposição, não permitindo que qualquer deles seja apoucado naquilo que tem de essencial.

3.CONCLUSÃO:

Após as considerações expendidas, são as seguintes as inferências a que cheguei:

3.1 - as idéias revolucionárias de direito, como de resto acontece em quase tudo na vida, não têm fundamento meramente ideal, mas igualmente e sobretudo histórico;

3.2 - os direitos fundamentais de primeira dimensão tiveram como grande estuário o desejo da classe burguesa de libertar-se das



correntes impostas por uma monarquia absoluta e estagnada, castradora das liberdades individuais;

3.3 - na sua luta para vencer a monarquia absoluta, a burguesia fundou a moderna concepção de liberdade e o princípio da personalidade humana em bases eminentemente individualistas¹²⁷;

3.4 - nessa faina para limitar o poder do Estado e garantir a liberdade do homem contra a opressão estatal, a burguesia instilou as idéias dos direitos fundamentais e da divisão dos poderes;

3.5 - a liberdade apregoada pelos liberais era uma liberdade meramente formal, porque baseada em uma igualdade também meramente formal, que fechava os olhos para as fundas diferenças que havia entre os detentores de capital e os destituídos de qualquer bem material;

3.6 - as doutrinas socialistas denunciaram as condições de miséria a que eram relegadas as massas operárias em virtude do progresso da sociedade industrial e do acúmulo de capital, incitando os operários a se unirem contra os detentores dos meios de produção e empreenderem a revolução proletária, na perspectiva de realizarem seus ideais de dignidade;

3.7 - a Igreja não se furtou a também denunciar a miséria dos proletários, mas insistiu na necessidade da manutenção da propriedade privada e na união entre as classes da produção, conclamando o Estado ao papel de intervir na comunidade social no sentido de proteger os menos afortunados;

3.8 - a grande contribuição das doutrinas socialistas para o desenvolvimento dos direitos fundamentais, aí com destaque para a doutrina social da Igreja Católica, foi fornecer o fundamento político-ideológico para a institucionalização dos direitos de segunda dimensão, assim considerados aqueles que exigem do Estado uma prestação positiva e não apenas uma postura negativa, como no caso dos direitos fundamentais de primeira dimensão.

4. BIBLIOGRAFIA:

4.1. Livros:

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*, 7ª edição; Malheiros Editores, São Paulo, 1997;

BONAVIDES, Paulo. *Do Estado Liberal ao Estado Social*, 6ª Edição; Malheiros Editores, São Paulo, 1996.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da*

Constituição, 2ª edição; Editora Almedina, Coimbra, 1998;

MARX, Karl e Engels, Friedrich. *O Manifesto Comunista*, Tradução de Maria Lúcia Como, Coleção Leitura; Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1996.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, Direitos Fundamentais, 2ª edição; Coimbra Editora, Coimbra, 1998.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*; Editora Atlas, São Paulo, 1997.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Princípios Gerais de Direito Sindical*, 2ª edição; Forense, Rio de Janeiro, 1997.

SOUZA, J. C. Martins de. *Economia Política - História das Doutrinas Econômicas, Conceitos Fundamentais*, 2ª edição; José Bushatsky Editor, São Paulo, 1971.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 12ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 1996.

4.2 Artigos:

LIMA GUERRA, Maria Magnólia. *Direito de Propriedade*. Nota de aula proferida no Mestrado de Engenharia em Edificações da UFC.

OLIVEIRA, Tâmara de. *Trabalho, multiformidade, sociedade: indivíduo livre e racional, segundo Marx*. Trabalho não publicado.

3.3. Encíclicas Papais:

“Encíclicas e Documentos Sociais - Da ‘Rerum Novarum’ à ‘Octogésima Adveniens’, vol. 1; Editora LTR, São Paulo, 1991.

⁹⁵ Max Weber, transcrição fiel de Gabriel Cohn, *In “Max Weber, Sociologia”*, Editora Delta.

⁹⁶ A expressão “dimensão”, para catalogar os direitos fundamentais até então havidos por direitos fundamentais de primeira ‘geração’, segunda ‘geração’ e terceira ‘geração’, foi proposta, entre nós, pela primeira vez, pelo Professor Willis Santiago Guerra Filho. Segundo ele, o termo melhor expressa teoricamente a realidade descrita, haja vista que a idéia de geração implica a de superação do passado, do que integra a geração que ficou para trás. Já o vocábulo “dimensão” sugere, ao seu ver mais apropriadamente, a idéia de que os direitos que se vão consolidando em sua qualidade de fundamentais, pelas conquistas históricas do homem, não fazem superar os da categoria anterior, antes lhes propõem novo redimensionamento e nova validade, mantida a sua atualidade.

⁹⁷ Não é à-toa que, para Kant, o Direito é um sistema de limites à liberdade.

⁹⁸ *“Direito Constitucional e Teoria da Constituição”*, Almedina.

⁹⁹ São esses os princípios em referência: *“Cremos axiomáticas as seguintes verdades: que os homens foram criados iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis entre os quais o de vida, o de liberdade e o de procriarem a própria felicidade; de que, para a segurança desses direitos se constituíram entre*



os homens governos cujos justos poderes emanam do consentimento dos governados; que sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins assiste ao povo o direito de mudá-lo ou aboli-lo, instituindo um novo governo cujos princípios básicos e organização de poderes obedeçam às normas que lhe pareçam mais próprias a promover a segurança e a felicidade gerais". (In "Economia e Política - Histórias das Doutrinas Econômicas - Conceitos Fundamentais"; J. C. Martins de Souza, p. 128).

¹⁰⁰ Ora, da igualdade natural, preconizada pelo liberalismo, resultava a igualdade jurídica, que não distinguia o homem de outro homem, quer pela cor, pelo sexo, pela raça etc. Nessa linha de pensamento, o homem não estaria obrigado a fazer nada, senão em virtude de lei.

¹⁰¹ Nos dias de hoje, verifique-se o que se passa nas Bolsas de Valores de todo o mundo, dando claras demonstrações de como é atual a assertiva do texto.

¹⁰² Para o pensamento liberal clássico, o homem é não mais que uma unidade de produção. Dessa forma, diante do racionalismo econômico gerado pelo liberalismo, todos os homens gozavam de idêntica racionalidade, daí porque a igualdade que preconizava. Não se cogitava da fonte do trabalho (o homem), mas apenas do trabalho em si, que era, já então, considerado outro qualquer fator da produção, como a máquina. O trabalho não era, nas linhas dessa consideração, força humana dinâmica, era tão-somente fator de produção, plenamente substituível pela máquina. Ambos sem alma.

¹⁰³ Para Marx, o capitalismo contém o germen de sua própria destruição, qual seja, o proletariado.

¹⁰⁴ Interessante notar que todo o Direito do Trabalho no Brasil está fundado nesse pressuposto e assim é apontado pelos grandes autores nacionais: Amauri Mascaro Nascimento, José Augusto Rodrigues Pinto, José Martins Catharino, Manoel Antônio Teixeira Filho, Mozart Vitor Russomano, Tostes Malta, Wagner Giglio etc.

¹⁰⁵ "Curso de Direito Constitucional Positivo", Malheiros Editores.

¹⁰⁶ "Os direitos da primeira geração são os direitos da liberdade, os primeiros a constarem do instrumento normativo constitucional, a saber, os direitos civis e políticos, que em grande parte correspondem, por um prisma histórico, àquela fase inaugural do constitucionalismo do Ocidente" (In "Curso de Direito Constitucional", Paulo Bonavides, p. 517).

¹⁰⁷ De par com as inúmeras transformações que provocou, o advento da máquina esvaziou a aristocracia e o latifúndio, que até então representavam o poder político-econômico. Sobrevieram as grandes concentrações urbanas, gravitando em torno da fábrica. O que ocorreu? A liderança exercida pelos líderes do campo passou a ser exercida, ainda por eles, no mundo industrializado. Trocou-se o enredo mas foram mantidos os personagens: a influência exercida pelo latifúndio passou às mãos do industrial, que era o outrora latifundiário.

¹⁰⁸ A denúncia da desigualdade social, acelerada após a Revolução Industrial, foi virulentamente empreendida por Marx e Engels, no Manifesto Comunista: "A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre-artesão patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de operários, aglomerados nas fábricas, são organizadas militarmente. Como simples soldados da indústria, são postos sob a vigilância de uma completa hierarquia de suboficiais e oficiais. Não são apenas servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas são também, a cada dia e a cada hora, escravizados pela máquina, pelo capataz e sobretudo pelo singular burguês fabricante em pessoa. Tal despotismo é tão mais mesquinho, odioso e exasperador quanto mais abertamente proclama ser o lucro seu objetivo último".



¹⁰⁹ A *Rerum Novarum* é datada de 15 de maio de 1891 e foi considerada por Max Turmann um termo e um início: o fim de um longo trabalho e a alvorada de um promissor desenvolvimento. Sua base filosófica foi haurida na *Bíblia*, no Velho como no Novo Testamento, nos ensinamentos dos pensadores cristãos dos séculos II a X, na doutrina de Santo Tomás de Aquino, em particular no que diz respeito à lei, à justiça e à política.

A *Rerum Novarum*, a partir da observação da situação dos operários, apresenta uma crítica densa das concepções e práticas do liberalismo então reinante e conclama a que todos se irmanem na tarefa de realizar uma ordem social mais justa. Ela foi, sem dúvida nenhuma, um marco na história do pensamento social da Igreja, porque chegou mesmo a apresentar um audacioso, para a época, programa social, abrangendo pontos como: a intervenção do Estado em defesa dos trabalhadores e na estruturação dos direitos sociais (é aqui que começam a tomar corpo e se desenvolver as leis de proteção ao trabalho subordinado e a legislação previdenciária), proteção e aquisição da propriedade, greve, repouso dominical, limitação do tempo de trabalho (que não encontrava limites, após a Revolução Industrial, havendo casos, narrados por inúmeros autores de Direito do Trabalho, em que a jornada chegava a até 18 horas de trabalho), salário, poupança e repouso remunerado.

É interessante perceber que essa Encíclica, que foi buscar fundamento no Direito Natural, fez ressurgir o direito de associação, objeto de forte estigma, dando ensanchas, inclusive, ao desenvolvimento do sindicalismo.

¹¹⁰ Para o Papa Leão XIII, o Estado não deveria ser aquela potestade autoritária e onipotente, ideada pelo marxismo, todo poderoso, que se colocava acima do homem. Para a Igreja, o Estado deve ser justo. Lê-se na *Rerum Novarum*, a propósito do socialismo: “Os socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprida, que os bens dum indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que a sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado. Mediante esta trasladação das propriedades e esta igual repartição das riquezas e das comodidades que elas proporcionam entre os cidadãos, lisonjeiam-se de aplicar um remédio eficaz aos males presentes. Mas semelhante teoria, longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática. Outrossim, é sumamente injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social”. Sobre o comunismo, que o Sumo Pontífice considera ‘princípio de empobrecimento’, escreve: “Mas, além da injustiça do seu sistema, vêem-se bem todas as suas funestas conseqüências, a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias; o talento e a habilidade privados dos seus estímulos, e, como conseqüência necessária, as riquezas estancadas na sua fonte; enfim em lugar dessa igualdade tão sonhada, a igualdade da nudez, na indigência e na miséria. Por tudo o que nós acabamos de dizer, se compreende que a teoria socialista da propriedade coletiva deve absolutamente repudiar-se como prejudicial àqueles mesmos a que se quer socorrer, contrária aos direitos naturais dos indivíduos, como desnaturando as funções do Estado e perturbando a tranqüilidade pública. Fique, pois, bem assente que o primeiro fundamento a estabelecer para todos aqueles que querem sinceramente o bem do povo, é a inviolabilidade da propriedade particular. Expliquemos agora onde convém procurar o remédio tão desejado.”

¹¹¹ É interessante perceber como essa discussão continua atual nos dias de hoje, sobretudo no que respeita aos mercados de capitais, aos movimentos financeiros



nas Bolsas de Valores de todo o mundo, cujas operações bilionárias são responsáveis, do dia para a noite, pela glória ou pela desgraça de um país, com um potencial de destruição da vida de milhões de pessoas. Esse processo foi francamente incrementado pelos progressos tecnológicos, sobretudo pelo desenvolvimento técnico havido nos meios de comunicação à distância, com o surgimento da Internet.

¹¹² O trecho transcrito pelo Papa Leão XIII é o seguinte: *“Não desejarás a mulher do teu próximo, nem a sua casa, nem o seu campo, nem o seu boi, nem a sua serva, nem o seu jumento, nem coisa alguma que lhe pertença (Dt 5, 21)”*.

¹¹³ Para muitos, essa passagem repete aquilo que os críticos da Igreja apontam como uma de suas maiores características: a preparação do homem para o conformismo.

¹¹⁴ E aqui, novamente, há a invocação de texto bíblico: *“Eis que o salário, que tendes extorquido por fraude aos vossos operários, clama contra vós; e o seu clamor subiu até os ouvidos do Deus dos Exércitos (Tg 5, 4)”*.

¹¹⁵ Não abordarei precisamente a teoria marxista em seu caráter geral; importa-me aqui lançar breves considerações sobre a visão do homem e da sociedade segundo o ponto de vista marxista - é o quanto basta para os propósitos do trabalho.

¹¹⁶ *“Trabalho, multiformidade, sociedade: indivíduo livre e racional, segundo Marx”*. Artigo não publicado.

¹¹⁷ *“O homem é diretamente um ser natural. Como tal, e como ser natural vivo, ele é, de um lado, dotado de poderes e forças naturais, nele existentes como tendências e habilidades, como impulsos. Por outro lado, como ser natural, dotado de corpo, sensível e objetivo, ele é um ser sofredor, condicionado e limitado, como os animais e vegetais. Os objetos de seus impulsos existem fora dele como objetos dele independentes; sem embargo, são objetos das necessidades dele, objetos essenciais indispensáveis ao exercício e à confirmação de suas faculdades. O fato de o homem ser dotado de corpo, vivo, real, sensível e objetivo, com poderes naturais, significa ter objetos reais e sensíveis como objetos de seu ser, ou só poder expressar seu ser em objetos reais e sensíveis. Ser objetivo, natural, sensível e, ao mesmo tempo, ter objeto, natureza e sentidos fora de si mesmo, ou ser ele mesmo objeto, natureza e sentidos para um terceiro, é a mesma coisa.”* (Tâmara de Oliveira, citando Erich Fromm, *op. cit.*, p. 14).

¹¹⁸ *“Acima de tudo, é mister evitar conceber a ‘sociedade’ uma vez mais como uma abstração com que se defronta o indivíduo. O indivíduo é o ser social. Embora o homem seja um indivíduo único - e é justamente esta particularidade que o torna um indivíduo, um ser comunal realmente individual - ele é igualmente o todo, o todo ideal, a existência subjetiva da sociedade como é pensada e vivenciada. Ele existe na realidade como a representação e o verdadeiro espírito da existência social, e como a soma da manifestação humana da vida”*. (Tâmara de Oliveira, citando Marx, *op. cit.*, p. 14).

¹¹⁹ Não é por outra razão que Marx e Engels iniciam o Manifesto Comunista alardeando que a história da humanidade tem sido a história da luta de classes.

¹²⁰ Como se vê no Manifesto Comunista, não é que a alienação seja produto da sociedade industrial capitalista, mas é que, nessa, ela atingiu seu apogeu.

¹²¹ Eis a declaração de intenções dos comunistas, expressas por Marx e Engels, no Manifesto Comunista: *“Os comunistas não escondem suas idéias e seus objetivos. Declaram, abertamente, que suas finalidades só poderão ser conseguidas se derrubarem, pela força, todas as relações sociais existentes. Os operários nada têm a perder senão suas cadeias. Mas, têm o mundo a ganhar”*.

¹²² Extremamente significativos são os considerandos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos quais, finda a guerra, sobressaem as preocupações dos povos com os traumas ocasionados pela miséria e pela fome. Dada a sua importância, passo a transcrevê-los, *in verbis*:



“Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis constitui o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo;

Considerando que a desconsideração e o desrespeito dos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que revoltam a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que o homem tenha a liberdade de palavra e de crença, libertados do medo e da miséria, foi proclamado como a mais alta aspiração do homem;

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos por um regime de direito para que o homem não seja compelido, como último recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações;

Considerando que as Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e calor da pessoa humana, na igualdade de direito dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla;

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a assegurar, em cooperação com a Organização das Nações Unidas, o respeito efetivo aos direitos humanos e às liberdades fundamentais;

Considerando que uma concepção comum desses direitos e liberdade é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso.”

Em seguida, vêm os dispositivos da Carta. Entre os direitos ali elencados, destacaria, como hauridos, direta ou indiretamente, da dialética travada entre as doutrinas socialistas e o pensamento liberal, os seguintes: art. XXIII (direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições justas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego); art. XXIII, n. 4 (direito à sindicalização); art. XXIV (direito ao repouso e ao lazer, à limitação da jornada de trabalho e a férias remuneradas); art. XXV (direito à condição de vida digna, com possibilidades de acesso à alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, além de segurança em caso de desemprego, doença ou invalidez).

¹²³ O conceito mesmo da propriedade sofreu modificações profundas após a crítica socialista, perdendo o caráter absoluto do qual se revestia, segundo a visão liberal. Como diz a Professora Magnólia Lima Guerra (*In Direito de Propriedade*, nota de aula proferida no Mestrado de Engenharia em Edificações da UFC, não publicado): *“A propriedade, portanto, fato social e econômico que acompanha o homem em suas relações, é também uma construção jurídica e, como tal, condicionada ideologicamente. Estão a condicioná-la, decisivamente, as concepções vigentes em cada época e lugar, a respeito de liberdade e igualdade”*. (Sem destaques no original). Tanto o que está dito é fato, que, no mesmo estudo, a ilustre professora cearense refere a circunstância de que, nos dias de hoje, o direito de construir em propriedade imóvel, ao contrário do que sempre fora consagrado em Direito Civil, começa a ser apartado do direito de propriedade (na Itália, por exemplo), o que seria impensável na visão liberal.

¹²⁴ Através do Direito do Trabalho, o Estado interfere nas relações privadas de produção para não permitir que os empregadores explorem os seus trabalhadores, garantindo a esses condições legais mínimas de proteção. É bem verdade que, atualmente, após a queda do Muro de Berlim e a derrocada dos países do Leste Europeu, houve e há uma séria discussão quanto à matéria, em que se notam vozes apreendo a flexibilização da legislação de proteção ao trabalho subordinado.

¹²⁵ Pela Lei de Proteção e Defesa do Consumidor, o Estado interfere nas relações



privadas de consumo para, emprestando uma maior proteção jurídica ao consumidor, o pólo mais fraco da relação, minorar a desigualdade econômica que há entre ele e a empresa moderna, o mais das vezes de estrutura para além das fronteiras de um país. Alguns dos mecanismos que a referida lei disponibiliza são a inversão do ônus da prova, no processo judicial, e a possibilidade de demandas coletivas, quando consente ao consumidor que se una aos seus pares (através de ações coletivas, incoadas muitas delas por substitutos processuais como as associações de proteção, o Ministério Público, os Procons etc.) para, mais bem apetrechado, enfrentar as agruras do litígio.

¹²⁶ O introdutor dos estudos sobre o princípio da proporcionalidade, entre nós, foi o Professor Willis Santiago Guerra Filho, após os seus estudos para doutoramento, na Alemanha.

¹²⁷ "Do Estado Liberal ao Estado Social", Paulo Bonavides, Malheiros.

"O destino de uma época que comeu da árvore do conhecimento consiste em ter de saber que não podemos colher o sentido do decurso do mundo do resultado da sua investigação por mais completo que ele seja, mas temos que estar aptos a criá-los nós próprios, que 'visões do mundo' jamais podem ser produto da marcha do conhecimento empírico e que, portanto, os ideais mais elevados, que mais fortemente nos comovem, somente atuam no combate eterno com outros ideais que são tão sagrados para outros quanto os nossos para nós"⁹⁵. (Destaques no original).

